NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

1 Contexto Operacional

A Companhia, com sede em Timbó – SC, tem como atividade principal a industrialização e comercialização de peças para implementos agrícolas, peças para tratores, pás destinadas à construção civil e para fins diversos, lâminas para corte de pedras, acessórios ferroviários, peças para implementos rodoviários e outros produtos de aço, laminados e conformados a quente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

a) Abrangência

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP, uma vez que essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 29 de outubro de 2014.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (h).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

2.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA – Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 10, que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

(b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

(iii) Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

(e) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

(f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(g) Ativos biológicos (consolidado)

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinnus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada "ajuste do valor justo do ativo biológico". O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

A determinação do valor justo foi realizada no exercício de 2010, sendo entendimento da administração que o ativo biológico se encontra em pleno desenvolvimento refletindo, no mínimo, os valores constantes nos registros contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

(h) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

(i) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, em 2010 a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(j) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

(k) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aquisição de veículos com instituições financeiras. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não transfere substancialmente os riscos e benefícios do ativo alugado ao arrendatário.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

(l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(m) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(n) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

(o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

A Lei 12.973 de 13/05/2014, fruto da conversão da Medida Provisória nº 627, de 11/11/2013, introduziu alterações na legislação tributária federal no âmbito da legislação do IRPJ e CSLL, extinguindo o RTT à partir de 2015 e facultando as empresas de anteciparem seus efeitos para 2014. Após uma criteriosa análise da referida lei, a Companhia optou em não antecipar seus efeitos para 2014, tendo em vista que tal decisão não traz impactos significativos.

(q) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

(r) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota 24.

2.3 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

(ii) Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

3 Caixa e equivalentes de caixa

			Controladora		Consolidado
	Remuneração das aplicações	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e Bancos	uas apricações	318.364	1.188.117	350.073	1.214.921
Aplicações Financeiras	Vinculada à				
em Certificados de Depósito Bancário	variação do CDI	201.907.811	154.592.197	202.399.847	154.967.932
<u> Намания (Танания) на намания (Танания) на намания (Танания) на намания (Танания) на намания (Танания) (Танания) (Танания) (</u>		202.226.175	155.780.314	202.749.920	156.182.853

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

4 Títulos e valores mobiliários

O títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificada como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado.

Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

	Controladora	e Consolidado
	30/09/2014	31/12/2013
Gerdau S/A (GGBR4)	14.136	22.008
HRT Petróleo (HRTP3)	21.900	18.200
OGX Petróleo (OGXP3)	15.300	21.600
Petrobras S/A (PETR4)	4.134.378	2.202.773
Venda de Opções – Petrobras S/A (PETR4)	(142.171)	-
Vale S/A (VALE5)	2.373.246	4.788.399
Venda de Opções - Vale S/A (VALE5)	(4.339)	-
	6.412.450	7.052.980

5 Contas a receber e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Mercado interno	37.637.717	23.501.036	37.647.665	23.501.036
Mercado externo	22.118.201	26.172.300	22.118.201	26.172.300
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(913.362)	(279.418)	(913.362)	(279.418)
Outras contas a receber (i)	4.367.882	4.015.145	4.372.501	4.019.382
	63.210.438	53.409.063	63.225.005	53.413.300

(i) Outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
Adiantamento de férias e 13 salário	1.369.275	1.135.489	1.373.894	1.138.616
Adiantamento a fornecedores	1.611.196	979.528	1.611.196	980.856
Adiantamento de comissões	-	236.985	-	236.985
Cessões de créditos de ICMS (a)	1.071.838	1.409.410	1.071.838	1.409.410
Outros valores	315.573	253.733	315.573	253.515
	4.367.882	4.015.145	4.372.501	4.019.382

(a) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 25.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

6 Estoques

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013
Produtos acabados	11.444.609	12.740.588
Produtos em processo	10.179.365	5.261.816
Matérias-primas	18.740.544	12.973.150
Materiais secundários	7.028.755	6.877.612
Materiais de manutenção	2.642.531	2.367.793
Importação em andamento	612.234	979.616
Adiantamento a fornecedores	514.553	250.563
	51.162.591	41.451.138

7 Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidad	
	30/09/2014	31/12/2013
ICMS (i)	1.744.183	1.024.067
IRPJ (ii)	5.854.993	2.354.441
CSLL (ii)	2.116.674	967.270
REINTEGRA	-	1.045.738
Outros Tributos	8.811	8.811
	9.724.661	5.400.327

- (i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.
- (ii) Refere-se a antecipações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculadas com base na estimativa mensal.

8 Outras contas a receber de longo prazo

	Controladora	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	
Depósitos judiciais (i)	1.649.778	1.627.982	
Incentivos fiscais	260.013	260.013	
Empréstimos compulsórios	96.895	96.895	
	2.006.686	1.984.890	

(i) Refere-se a depósitos para garantir o andamento de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhistas, cujas provisões, quando devidas, estão reconhecidas no passivo, assim constituídas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

	Controladora	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	31/12/2013	
Cíveis	55.221	55.221	
Tributários	1.561.874	1.561.874	
Trabalhistas	32.683	10.887	
	1.649.778	1.627.982	

9 Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

A conciliação do Imposto de Renda - IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
IR e CSL correntes	(9.122.267)	(9.991.157)	(9.134.699)	(10.001.924)
IR e CSL diferidos	839.968	870.741	839.968	870.741

Impostos correntes

Em 30 de setembro de 2014 e de 30 de setembro de 2013 (controladora e consolidado) a Companhia não apresentava prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controla Consol	
	30/09/2014	30/09/2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
- Sobre adições temporárias	521.093	775.071
- Sobre depreciação custo atribuído	419.508	447.459
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(342.759)	(544.077)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	238.443	187.904
- Sobre diferença de valor residual	3.683	4.384
	839.968	870.741

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

		Controladora	e Consolidado	
		30/09/2014		31/12/2013
Adições temporárias:	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
- Provisão para perdas Eletrobrás	387.580	387.580	387.580	387.580
- Contingências trabalhistas	87.000	87.000	133.800	133.800
- Contingências cíveis	197.972	197.972	197.972	197.972
- Comissão sobre vendas	1.947.360	1.947.360	1.645.490	1.645.490
- Provisão para devedores duvidosos	913.362	913.362	279.418	279.418
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	6.089.452	-	5.214.139
Base de cálculo	3.533.274	9.622.726	2.644.260	7.858.399
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	317.995	2.405.681	237.983	1.964.600

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

Impostos diferidos registrados no passivo não circulante

O imposto de renda e a contribuição social de longo prazo foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil, estão demonstrados conforme a seguir:

Saldo em 31/12/2013	11.274.836
(+) Diferença de depreciação nova vida útil	342.759
(-) Diferença valor residual de ativos não circulantes	(3.683)
Saldo em 30/09/2014	11.613.912

10 Investimentos

Abaixo demonstramos um sumário das informações da Controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

ME	METISA Florestal e Energética S.A.		
	30/09/2014	31/12/2013	
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000	
Patrimônio líquido	10.282.169	10.257.236	
Total de ativo e passivo	10.337.338	10.278.615	
Receitas líquidas de vendas	454.279	530.573	
Percentual de participação			
.No capital votante	100%	100%	
.No capital total	100%	100%	
Resultado do exercício da controlada	24.933	916	
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	24.933	916	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	10.282.169	10.257.236
Outros investimentos avaliados pelo custo	160.000	160.000
Saldo de investimentos	10.442.169	10.417.236

11 Imobilizado

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

					Controladora
	Saldo em 31/12/2013	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	Transferências	Saldo em 30/09/2014
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e construções	29.598.533	-	-	456.576	30.055.109
Móveis e utensílios	4.165.641	124.275	(174.211)	(5.131)	4.110.574
Veículos	998.569	564.500	(364.824)	-	1.198.245
Máquinas e equipamentos	100.209.221	608.027	(10.296)	3.165.296	103.972.248
Imobilizações em andamento	8.238.775	5.736.787	(1.154.612)	(3.616.741)	9.204.209
Depreciações acumuladas	(82.640.241)	(4.879.086)	233.962	-	(87.285.365)
	70.880.245	2.154.503	(1.469.981)	-	71.564.767

					Consolidado
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2014
Terrenos	11.155.359	-	-	-	11.155.359
Reflorestamento	9.042.934	-	(1.000)	-	9.041.934
Edifícios e construções	29.812.718	-	-	456.577	30.269.295
Móveis e utensílios	4.185.255	124.275	(174.211)	(5.131)	4.130.188
Veículos	1.095.659	564.500	(364.824)	-	1.295.335
Máquinas e equipamentos	100.272.159	612.107	(14.362)	3.165.295	104.035.199
Imobilizações em andamento	8.868.619	5.813.628	(1.154.613)	(3.616.741)	9.910.893
Depreciação acumulada	(83.680.837)	(5.063.912)	238.375	-	(88.506.374)
	80.751.866	2.050.598	(1.470.635)	-	81.331.829

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

12 Intangível

Controladora e Consolida					e Consolidado
	Saldo em 31/12/2013	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	Transferências	Saldo em 30/09/2014
Software	-	717.831	-	-	717.831
Intangível em andamento	-	599.584	-	-	599.584
Amortização acumulada	-	(34.143)	-	-	(34.143)
	-	1.283.272	-	-	1.283.272

A depreciação e a amortização, em 30 de setembro de 2014, da Controladora, totalizaram R\$ 4.908.203 (R\$ 4.659.615 em 30 de setembro de 2013). Desse total, R\$ 4.454.410 (R\$ 4.294.391 em 30 de setembro de 2013) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

13 Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

		Controladora e	Consolidado	
Modalidade	Encargos Financeiros	30/09/2014	31/12/2013	
Ativo imobilizado	TJLP + juros de até 1,80% a.a.	-	9.401	
Ativo imobilizado	Juros de até 5,50% a.a.	109.544	183.810	
Capital de giro	Juros de até 5,50% a.a.	116.313.282	115.774.065	
Capital de giro	Juros de até 8,00% a.a.	39.895.438	-	
Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a.	21.819.178	15.000.284	
Total dos empréstimos		178.137.442	130.967.560	
Circulante		(22.554.903)	(15.383.803)	
Não Circulante		155.582.539	115.583.757	

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:	30/09/2014	31/12/2013
2015	10.500	84.600
2016	108.522.773	108.087.752
2017	47.049.266	7.411.405
	155.582.539	115.583.757

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, sendo que os de capital de giro – EXIM BNDES, possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

14 Obrigações tributárias

		Controladora		Consolidado
	30/09/2014	31/12/2013	30/09/2014	31/12/2013
IRPJ e CSLL	9.378.486	914.170	9.382.834	917.113
ICMS	276.832	139.203	276.832	139.203
IPI	611.606	540.856	611.606	540.856
PIS	89.330	58.968	89.588	59.071
COFINS	422.079	283.627	423.268	284.100
IRRF	436.212	865.189	436.691	865.321
Outros tributos	12.844	6.582	13.973	7.031
	11.227.389	2.808.595	11.234.792	2.812.695

15 Participação de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

16 Partes relacionadas

A remuneração da Administração, bem como as operações entre a Companhia e partes relacionadas foram realizadas conforme a seguir.

a) Remuneração dos administradores

A Companhia provê a seus administradores remuneração fixa e variável, que é determinada conforme estatuto e legislação societária.

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Remuneração fixa	3.116.500	2.891.100	3.160.824	2.932.246
Remuneração variável	2.511.350	2.466.786	2.511.350	2.466.786

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

b) Operações com partes relacionadas

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

	30/09/2014	30/09/2013
Fornecimento de serviços:		
- PARTBANK S.A	307.850	288.280
- Ricardo Teixeira Mendes	168.116	157.444
- Elite CCVM Ltda.	15.355	14.915
Fornecimento de produtos e insumos:		
- METISA Florestal e Energética S.A	364.379	309.734
- Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda.	55.572	47.942

17 Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas pelos assessores jurídicos da Companhia como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	30/09/2014	31/12/2013		
Obrigações cíveis	197.972	197.972		
Obrigações tributárias (i)	2.450.081	2.450.081		
Obrigações trabalhistas (ii)	87.000	133.800		
	2.735.053	2.781.853		

- (i) <u>Tributárias</u> referem-se às discussões judiciais relativas ao PIS, no valor de R\$ 746.882, e INSS, no valor de R\$ 1.703.199, para os quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 1.561.874 (R\$ 1.561.874 em 31/12/2013).
- (ii) <u>Trabalhistas</u> consistem em diversas matérias relacionadas a área trabalhista. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 32.683 (R\$ 10.887 em 31/12/2013).

18 Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social, em 30 de setembro de 2014, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais, em 30 de setembro de 2013), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A companhia mantém em tesouraria 541.920 ações preferenciais de sua emissão (272.720 ações em 30 de setembro de 2013).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

19 Receita operacional líquida

		Controladora		Consolidado
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Mercado interno	182.856.375	181.481.206	182.977.856	181.609.864
Mercado externo	41.147.567	49.241.867	41.147.567	49.241.867
(-) Impostos sobre vendas	(38.826.616)	(38.629.844)	(38.858.197)	(38.658.339)
	185.177.326	192.093.229	185.267.226	192.193.392

20 Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2014	30/09/2013
Despesas variáveis de vendas	16.441.235	16.884.508
Despesas com pessoal	3.793.947	3.548.890
Despesas com propaganda e publicidade	643.950	735.496
Despesas com viagens	421.286	363.228
Despesas com serviços de terceiros	26.201	29.568
Provisão para devedores duvidosos	633.944	(50.667)
Outras despesas	607.525	596.340
	22.568.088	22.107.363

21 Despesas gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado
	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Despesas com pessoal	3.794.832	3.065.557	3.805.000	3.075.007
Despesas com serviços de terceiros	1.330.129	2.138.325	1.333.669	2.139.182
Honorários conselho fiscal	224.475	207.700	224.475	207.700
Honorários dos administradores	3.116.500	2.891.100	3.160.824	2.932.246
Participação no lucro dos empregados	767.334	1.045.031	767.334	1.045.031
Participação no lucro dos administradores	1.591.385	1.725.675	1.591.385	1.725.675
Gastos com materiais gerais	581.500	543.001	593.360	564.618
Outras despesas	1.695.285	1.645.889	1.745.715	1.682.738
	13.101.440	13.262.278	13.221.762	13.372.197

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

22 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
Receitas Financeiras	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
Juros de mora	557.769	703.990	557.774	703.992
Descontos	54.927	64.161	54.927	64.161
Dividendos e JSCP	263.024	218.414	263.024	218.414
Variações cambiais de exportação	4.162.091	5.231.179	4.162.091	5.231.179
Receita de títulos e valores mobiliários	1.066.532	1.106.396	1.066.532	1.106.396
Receita aplicações financeiras	11.614.316	5.043.454	11.644.513	5.062.329
Outras variações monetárias	172.144	64.325	172.144	64.325
Reversão de perdas com contas a receber	45.250	84.881	45.250	84.881
	17.936.053	12.516.800	17.966.255	12.535.677

		Controladora		Consolidado
Despesas Financeiras	30/09/2014	30/09/2013	30/09/2014	30/09/2013
IOF/PIS/COFINS	35.949	26.939	35.949	26.939
Juros	5.119.681	2.306.634	5.119.808	2.306.657
Despesas bancárias	277.160	217.532	277.186	217.546
Descontos/deságios	27.387	95.620	27.387	95.620
Variações cambiais	3.715.007	4.385.764	3.715.007	4.385.764
Perdas com títulos e valores mobiliários	1.941.846	2.864.255	1.941.846	2.864.255
	11.117.030	9.896.744	11.117.183	9.896.781

Resultado financeiro líquido	6.819.023	2.620.056	6.849.072	2.638.896

23 Lucro líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

24 Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram "linhas de produtos" diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

25 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na Nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros , representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

		Consolidado
	30/09/2014	31/12/2013
Caixa e equivalentes de caixa	202.749.920	156.182.853
Títulos e valores mobiliários	6.412.450	7.052.980
Contas a receber	59.765.866	49.673.336

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

		Consolidado
	<u>30/09/2014</u>	31/12/2013
A vencer	51.207.391	40.593.435
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	4.734.602	4.125.283
De 31a 90 dias	1.623.565	3.608.041
De 91a 180 dias	689.295	936.142
De 181a 360 dias	850.506	295.773
Acima de 360 dias	660.507	114.662
	59.765.866	49.673.336

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado (Nota 20). Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são revertidos contra a baixa definitiva do título para o resultado do exercício.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de taxa de câmbio

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

(b) Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

(c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

(d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 – EM REAIS

26 Cobertura de seguros (não auditado)

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 32.140.666, com base na característica dos bens. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

* * *